

NX Gold S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração

No ano de 2024, a Companhia apresentou um desempenho sólido, com a produção de ouro atingindo 1.779 kg (equivalente a 57.210 oz). Esse resultado, apesar de apresentar uma diminuição em relação à produção recorde de 1.842 kg (equivalente a 59.222 oz) alcançada em 2023, demonstra a capacidade da Companhia de manter níveis consistentes de produção, mesmo diante de desafios operacionais.

Apesar dos esforços contínuos de otimização operacional, a produção no exercício de 2024 foi impactada por dois fatores principais: a redução nos teores de ouro minerados e processados em relação ao ano anterior, e a interrupção temporária das operações ocorrida em dezembro, decorrente da necessidade de reparos identificados durante inspeção de rotina realizada pela Agência Nacional de Mineração (ANM). A Companhia aproveitou esse período para acelerar a manutenção preventiva e as atualizações de infraestrutura originalmente planejadas para 2025.

O ano de 2024 foi marcado por um ambiente de incertezas globais, impulsionado por tensões geopolíticas, inflação persistente e volatilidade nos mercados financeiros. Em resposta a esse cenário, o ouro, tradicionalmente considerado um ativo de refúgio, experimentou uma valorização significativa. Essa tendência de alta nos preços do ouro beneficiou a Companhia, compensando parcialmente o impacto da menor produção. A Companhia continua atenta às dinâmicas do mercado e busca otimizar suas estratégias de comercialização para maximizar os retornos em um ambiente de preços favoráveis.

Em dezembro de 2024, a Companhia anunciou uma atualização das estimativas de reservas e recursos, incorporando as atividades de perfuração e a exaustão mineral até 30 de junho de 2024.

Os destaques dessa atualização incluem:

- **Aumento nas Reservas:** Um aumento de 19% nas reservas minerais provadas e prováveis em comparação com a estimativa de 2023, incluindo um aumento de 24% na mina Santo Antônio. Isso demonstra uma Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) de aproximadamente 62% das reservas provadas e prováveis entre 2018 e 2024.
- **Aumento nos Recursos:** Um aumento de 26% nos recursos minerais medidos e indicados, inclusive as reservas minerais, em comparação com a estimativa de 2023, incluindo um aumento de 31% na mina Santo Antônio.
- **Capacidade Excedente:** A capacidade excedente de moagem de aproximadamente 25% continua oferecendo potencial adicional de expansão no curto e médio prazo.

Esses resultados positivos refletem o sucesso do programa contínuo de exploração, que tem como objetivo estender a vida útil da mina e descobrir novas estruturas de veios para expandir o fornecimento de minério à planta, permitindo o uso completo da capacidade instalada de

moagem de até 300.000 toneladas por ano. A conclusão bem-sucedida da Iniciativa NX 60 em 2023, destacada pela primeira produção da mina Matinha, foi um marco importante, posicionando a Companhia para manter uma produção anual entre 55.000 e 60.000 onças nos próximos anos.

Nossas ações atualmente são pautadas por 4 pontos: segurança dos nossos funcionários e prestadores de serviços; continuidade normal de nossas operações; produção com baixo custo de produção e ações para aumento dos volumes de recursos e reservas. E continuamos seguindo nosso planejamento com a execução de ações de mitigação dos riscos, o que tem nos permitido crescer nossas operações mesmo em um cenário bastante adverso.

Agradecemos o apoio dos nossos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos funcionários, e a parceria de nossos fornecedores e de nosso cliente. Com certeza essas ações combinadas nos ajudaram a passar com sucesso por mais um ano atípico e desafiador.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
NX Gold S.A.**

Nova Xavantina - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NX Gold S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NX Gold S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o

Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 22 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/O-5

NX Gold S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.395	17.471
Contas a receber de clientes	8	9.696	16.976
Estoques	9	45.216	41.297
Impostos a recuperar	10	11.605	9.032
Imposto de renda e contribuição social		464	466
Outros créditos e despesas antecipadas		8.977	5.748
Total do ativo circulante		78.354	90.990
Não circulante			
Créditos com partes relacionadas	11	581.340	335.680
Depósitos judiciais		247	383
Ativo fiscal diferido	29	6.466	7.212
Total do realizável a longo prazo		588.054	343.275
Investimentos		11	11
Imobilizado	12	625.721	558.585
Intangível	13	784	12.364
Total do ativo não circulante		1.214.570	914.235
Total do ativo		1.292.924	1.005.225

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	14	24.666	17.699
Salários, encargos e contribuições sociais	17	10.098	8.720
Obrigações tributárias	18	5.418	4.635
Imposto de renda a pagar	18	1.443	4.100
Contribuição social a pagar	18	5.629	8.138
Participação nos resultados	19	11.385	7.993
Instrumentos financeiros derivativos	20	726	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.d	85.531	97.164
Outras contas a pagar		273	2.605
Passivos de arrendamentos	15	22.808	28.133
Total do passivo circulante		167.976	179.187
Não circulante			
Participação nos resultados	19	1.744	1.502
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	21	25.388	19.124
Outras contas a pagar		2.347	625
Provisão para perdas com processos judiciais	22.a	943	1.041
Passivos de arrendamentos	15	15.252	10.504
Total do passivo não circulante		45.674	32.796
Patrimônio líquido			
Capital social	23	171.062	171.062
Reservas de lucros		908.212	622.180
Total do patrimônio líquido		1.079.274	793.242
Total do passivo e patrimônio líquido		1.292.924	1.005.225

NX Gold S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota	2024	2023
Receita	24	725.204	561.240
Custo das vendas	25	<u>(275.112)</u>	<u>(233.480)</u>
Lucro bruto		<u>450.092</u>	<u>327.760</u>
Despesas com vendas	25	(4.660)	(4.161)
Despesas gerais e administrativas	25	(34.820)	(33.477)
Outras receitas	26	2.371	6.645
Outras despesas	26	<u>(1.151)</u>	<u>(5.262)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>411.832</u>	<u>291.505</u>
Receitas financeiras		5.552	3.301
Despesas financeiras		<u>(9.629)</u>	<u>(6.973)</u>
Despesas financeiras líquidas	27	<u>(4.077)</u>	<u>(3.672)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>407.755</u>	<u>287.833</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	29.a	(41.388)	(30.257)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	29.a	<u>(746)</u>	<u>2.557</u>
Lucro líquido do exercício		<u>365.622</u>	<u>260.133</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	30	<u>0,182</u>	<u>0,130</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	365.622	260.133
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>365.622</u></u>	<u><u>260.133</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros					<u>(Prejuízos)/Lucros acumulados</u>	Total
		Capital social	Legal	Expansão	Reserva de Lucros	Incentivos fiscais		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	260.133	260.133
Reserva legal	23.b	-	9.516	-	-	-	(9.516)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.c	-	-	-	-	-	(56.203)	(56.203)
Reserva de Lucro		-	-	-	140.647	-	(140.647)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM		-	-	-	-	53.767	(53.767)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>171.062</u>	<u>34.212</u>	<u>146.365</u>	<u>258.010</u>	<u>183.593</u>	<u>-</u>	<u>793.242</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	365.622	365.622
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.c	-	-	-	-	-	(79.590)	(79.590)
Reserva de Lucro		-	-	-	209.371	-	(209.371)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM	23.b	-	-	-	-	76.661	(76.661)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>171.062</u>	<u>34.212</u>	<u>146.365</u>	<u>467.381</u>	<u>260.254</u>	<u>-</u>	<u>1.079.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		365.622	260.133
Ajustes para:			
Depreciação, amortização e exaustão	25	109.846	100.597
Baixa de ativo imobilizado	11	(45)	-
Reversão de perdas em processos judiciais	22	(98)	(908)
Provisão para perdas em estoques		1.722	1.684
Imposto de renda e contribuição social diferido		746	(2.557)
Imposto de renda e contribuição social corrente		41.388	30.257
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	21	1.825	2.191
Provisão para participação nos resultados		17.213	15.341
Juros sobre arrendamentos	15	3.577	3.740
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		(23)	578
		<u>541.773</u>	<u>411.056</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes		7.280	(14.780)
Estoques		(1.694)	(1.864)
Impostos a recuperar		(2.572)	553
Imposto de renda e contribuição social		(22.192)	(16.618)
Outros créditos e despesas antecipadas		(3.229)	1.756
Depósitos judiciais		135	69
Fornecedores		3.657	(2.117)
Salários, encargos e contribuições sociais		1.378	1.748
Obrigações tributárias		(7.041)	(7.918)
Participação nos resultados		(13.579)	(11.856)
Outras contas a pagar		(2.332)	2.408
Gastos com recuperação ambiental e desmobilização de ativos		(899)	295
		<u>500.685</u>	<u>362.733</u>
Caixa gerado pelas operações		500.685	362.733
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(23.831)	(4.564)
		<u>476.854</u>	<u>358.169</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Créditos com partes relacionadas	11	(243.974)	(335.055)
Adições ao imobilizado	12	(126.712)	(143.239)
Adições ao intangível		-	(1.419)
		<u>(370.686)</u>	<u>(479.714)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de arrendamentos	15	(38.097)	(35.167)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	23.d	(83.873)	(186)
Instrumentos financeiros derivativos		726	-
		<u>(121.244)</u>	<u>(35.353)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(15.076)</u>	<u>(156.898)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		17.471	174.369
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		2.395	17.471
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(15.076)</u>	<u>(156.898)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NX Gold S.A (“Companhia” ou “NX”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, São Paulo. A Companhia possui uma filial na cidade de Nova Xavantina, Mato Grosso, onde está localizada a mina subterrânea. Sua atividade predominante é a exploração e comercialização de ouro e prata (subproduto).

A NX possui uma propriedade de aproximadamente 133.788 ha em direitos minerários, localizada aproximadamente a 18 quilômetros a oeste da cidade de Nova Xavantina, sudeste do estado do Mato Grosso, consistindo em uma única concessão de lavra, cobrindo uma área de 613,72 ha, onde toda mineração e processamento de ouro ocorrem.

1.1 Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Companhia registrou um capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$ 89.622 em 2024 e de R\$ 88.197 em 2023. A Companhia entende que o saldo de capital circulante líquido negativo se deve principalmente aos dividendos a pagar à controladora, no valor de R\$ 85.531 em 2024 e de R\$ 97.164 em 2023 reconhecidos pela Companhia. O plano da Administração prevê a liquidação de seus passivos de curto prazo por meio da geração de fluxo de caixa operacional. Em caso de necessidade de caixa para a liquidação desses passivos de curto prazo, a controladora não exigirá a liquidação dos dividendos mencionados acima. Dessa forma, a administração entende que a decisão da controladora resultará na equalização do fluxo financeiro de curto e médio prazo da Companhia.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e estão apresentadas de acordo com as Normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de maio de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia. As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir.

4.1 Julgamentos

Não foram realizados julgamentos com efeitos significativos na aplicação das políticas contábeis que impactassem os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 09 - reconhecimento e mensuração de provisão para obsolescência: determinação do valor realizável dos estoques;
- Nota 21 - reconhecimento e mensuração de provisões para recuperação ambiental e desmobilização de ativos: premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 22 - reconhecimento e mensuração de provisão para perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos; e
- Nota 29 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

4.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos podem ser encontradas na Nota 31 - Instrumentos Financeiros.

5 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou consistentemente as seguintes políticas contábeis a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando de outra forma explicado.

a. Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, conforme determina as normas contábeis. A Companhia reconhece a receita em um momento específico do tempo.

A receita é reconhecida quando o controle do bem é transferido para o cliente. Como as vendas da Companhia são baseadas no Incoterm de Custo, Seguro e Frete (“CIF”), pelos quais a Companhia é responsável pela entrega do bem, a receita é reconhecida no instante em que o Companhia completa sua obrigação de desempenho, ou seja, na entrega dos produtos ao cliente.

Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, sendo os ajustes subsequentes baseados nos movimentos dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final. A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

b. Subvenções governamentais

Os incentivos fiscais são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício e confrontados com a despesa que se pretende compensar, desde que atendidas as condições descritas nas normas contábeis.

(i) Incentivo da SUDAM - Lucro da exploração

Em 09 de agosto de 2023 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% para a alíquota do imposto de renda para os exercícios de 2023 a 2032, para a produção de ouro e prata, reconhecido na rubrica de Imposto de renda na demonstração do resultado.

(ii) Lei do Bem

A Lei do Bem concede benefícios fiscais a empresas que realizem aporte em projetos de Inovação Tecnológica, facultando às empresas o benefício da redução na alíquota de Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher sobre o Lucro Real.

Segundo a Lei nº 11.196/05 Inovação Tecnológica é a concepção de novo produto ou processo de fabricação, e/ou agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo.

O mecanismo do incentivo fiscal à inovação tecnológica representa significativo avanço pelo fato de sua aplicação ser automática, ou seja, não depende de aprovação prévia por uma agência governamental (autoaplicabilidade pelos contribuintes).

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem: ganhos com derivativos; ganhos com aplicações financeiras; variação cambial sobre importações e outras receitas e despesas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

d. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados são reconhecidos como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. É reconhecido um passivo pelo valor que se espera que seja pago se a Companhia tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse valor em resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada com confiabilidade.

f. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios social corrente e diferido são calculados com base em alíquotas de 15% mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 de imposto de renda e 9% do lucro tributável da contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme explicado na nota 5.b.i, a Companhia tem incentivo sobre o Imposto de renda.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, incluindo possíveis benefícios fiscais sobre o imposto de renda, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui os custos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e processamento e outros custos incorridos para colocar os estoques em seu local e condição existentes. No caso de estoques de produção e de trabalhos em curso, o custo inclui uma parte apropriada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação e exaustão acumuladas e eventuais perdas acumuladas do valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e implementar as condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão instalados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluirão para a Companhia.

(iii) Desenvolvimento e construção em andamento

Quando reservas minerais economicamente viáveis foram identificadas e a decisão de prosseguir com o desenvolvimento foi aprovado, os ativos de exploração e avaliação são inicialmente avaliados se existe alguma perda de valor (*impairment*), e então reclassificado para construções em andamento ou propriedades minerais. Os gastos relacionados ao desenvolvimento estão capitalizados como obras em andamento e estão incluídos nas propriedades minerais, instalações e equipamentos. Custos associados ao comissionamento de novos ativos incorridos antes que eles operem da maneira pretendida pela administração, incluindo os custos diretamente atribuíveis dos testes, são capitalizados. Construções em andamento incluem o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para trazer o ativo para o local e condição necessária para o uso pretendido, incluindo avanços em itens de longa duração. Construção em progresso não é depreciado.

Quando o ativo está operando da maneira pretendida pela administração, os custos de construção em andamento são reclassificados para propriedades minerais ou instalações e equipamentos.

Custos de desenvolvimento da mina, os custos de remoção de estéreis e outros resíduos minerários – custos de remoção – são capitalizados como parte do custo depreciável de instalação, desenvolvimento e construção da mina.

(iv) *Custo de remoção de estéril*

Onde as atividades de remoção de estéril na etapa de produção ou de desenvolvimento subterrâneo não resultam em estoque produzido, mas fornece melhor acesso ao corpo de minério, os custos são classificados como propriedades minerais quando essas atividades atendem a todos os seguintes critérios: (1) é provável que o benefício econômico futuro associado à atividade fluirá para a Companhia; (2) a Companhia pode estimar a reserva mineral do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado; e (3) os custos relacionados com a atividade associada a essa reserva mineral pode ser medida de forma confiável.

Para minas subterrâneas, os custos incorridos para acessar uma reserva mineral do corpo do minério são capitalizados para jazidas. Esses custos são exauridos com base em unidades de produção durante a vida útil da reserva mineral para a qual o acesso foi construído.

(v) *Recuperação ambiental e custos de descomissionamento*

Os custos esperados de recuperação ambiental da mina e os custos de desativação são capitalizados, com base no valor presente das saídas de caixa esperadas.

(vi) *Propriedades minerais*

Os custos de exploração e avaliação são transferidos do Intangível para o Imobilizado quando a exploração e avaliação de um bem mineral é considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia tem a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo. Uma vez em produção, as propriedades minerais são amortizadas com base na unidade de produção em relação ao componente do corpo de minério a que estão relacionadas.

(vii) *Depreciação e exaustão*

Itens do ativo imobilizado mineral são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, exceto os custos de recuperação ambiental e de desativação de propriedades minerais. Os terrenos não são depreciados. Os custos de recuperação ambiental e desativação de propriedades minerais são amortizados pela vida útil da mina.

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis.

i. Ativos intangíveis

(i) *Ativos de exploração e avaliação*

Os custos de exploração e avaliação referem-se à pesquisa inicial de um depósito mineral, o custo de aquisição de direito de exploração mineral e subsequente avaliação para determinar o potencial do depósito mineral. A etapa de exploração e avaliação começa quando a Companhia obtém o direito legal ou a licença para iniciar a exploração, subsequentemente as despesas de exploração e avaliação são capitalizadas como ativos de exploração e avaliação. Custos incorridos antes da Companhia obter os direitos legal sobre a mina são despesados imediatamente. As despesas de exploração e avaliação são capitalizadas ao custo de aquisição de acordo com a ICPC 18 e IFRS 6.

Quando a exploração e avaliação de propriedade mineral for considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo, os custos relacionados são transferidos do ativo intangível para o ativo imobilizado como propriedades minerais.

Os ativos de exploração e avaliação são submetidos periodicamente a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos Subsequentes*

Os Gastos Subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

(iv) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas são mensurados ao custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São representados por programas e licenças com uma vida útil aproximada de 5 anos.

j. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos Ativos da Companhia.

Os Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; e
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 31 para derivativos designados como instrumentos de hedge.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de ativos financeiros a VJR e a custo amortizado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (ou seja, estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

No caso de ativos em desenvolvimento (ativos de exploração e avaliação) que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, próximo à data de apresentação.

A fim de testar o valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGC).

O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior dentre o seu valor em uso e o valor justo deduzido de despesas de venda. O valor em uso baseia-se nos fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou de uma UGC exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são calculadas como a diferença entre o valor contábil de um ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectivas realistas de recuperação do ativo, os valores relativos são baixados. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e a diminuição puder ser relacionada com objetividade a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, então a perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A IFRS 9.5.5.3 exige uma provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida para contas a receber se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Uma entidade deve sempre medir a provisão de perdas a um montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida para:

- (a) Negocie recebíveis ou ativos contratuais que resultem de transações que estejam dentro do escopo da IFRS 15 e que:
 - (i) Não contenham um componente de financiamento significativo de acordo com a CPC 47 e IFRS 15 (ou quando a entidade aplicar o expediente prático de acordo com a CPC 47 e IFRS 15); ou,
 - (ii) conter uma componente de financiamento significativa de acordo com a CPC 47 e IFRS 15, se a entidade optar por medir a provisão de perdas a um montante igual às perdas esperadas para perdas ao longo da vida. Essa política contábilística deve ser aplicada a todos esses créditos comerciais ou ativos contratuais, mas pode ser aplicada separadamente aos créditos comerciais e aos ativos contratuais.

A NX pode escolher entre avaliar a provisão aplicando o modelo de perda de crédito esperada ao longo da vida ou o expediente prático.

Para cálculo das perdas de créditos esperados com clientes, a Companhia utiliza as seguintes premissas:

- (a) Classificação de risco do cliente, conforme relatório de Agência de risco de crédito internacional;
- (b) Taxa de inadimplência do cliente por data de vencimento da dívida, conforme relatório de Agência de risco de crédito internacional;
- (c) Taxa de recuperação conforme relatório Agência de risco de crédito nacional.

A entidade utiliza os expedientes práticos ao mensurar perdas de crédito esperadas. A Companhia considera sua experiência de perda de crédito histórica para contas a receber de clientes para estimar as perdas de crédito esperadas para 12 meses ou as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Participação nos resultados

Reconhecido no balanço patrimonial pelo montante calculado da exigibilidade quando a Companhia gera certas metas predefinidas que são atingidas.

(ii) *Recuperação ambiental e desmobilização de ativos*

Obrigação constituída a partir de laudo técnico preparado por um terceiro avaliador considerando o valor presente dos custos a serem incorridos para desmobilização da mina. A contrapartida dessa obrigação é um ativo imobilizado que vem sendo amortizado de acordo com a exaustão das reservas minerais existentes.

(iii) *Perdas com processos judiciais*

Provisão reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presumida ou legal que possa ser estimada de modo confiável em decorrência de evento passado, e é provável que um dispêndio financeiro seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para perdas com processos judiciais é registrada mediante a avaliação e quantificação de ações judiciais cuja perda seja considerada provável na opinião da Administração e de seus advogados.

m. *Arrendamentos*

O objeto do contrato é a transmissão do direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O arrendador é, portanto, o proprietário do bem, sendo que a posse e a utilização, durante a vigência do contrato, são do arrendatário. O contrato de arrendamento pode prever ou não a opção de compra do bem de propriedade do arrendador. Todo e qualquer contrato firmado entre a Companhia e o arrendador passa por uma avaliação considerando as Normas Brasileiras e internacionais de contabilidade (CPC 06 (R2) /IFRS 16). De acordo com essas normas, existem exceções as quais são denominados expedientes práticos, e de acordo com esses expedientes práticos, duas exceções são avaliadas pela Companhia. Todo o contrato que não tenha mais de 12 meses de duração sem perspectiva de ampliação de seu prazo, não é qualificado como um arrendamento, assim como contratos onde o valor unitário do bem arrendado pela Companhia, de valor inferior a 05 (cinco) mil dólares e/ou por um valor determinado pela administração da Companhia, levando em consideração critérios de materialidade, quantidade de contratos etc., não são considerados arrendamentos.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

No começo do prazo de arrendamento, a Companhia deve reconhecer a aquisição do bem como Ativo e as respectivas obrigações a serem pagas pelo direito de uso deste ativo como Passivo. Caso o arrendatário reconheça o bem pelo valor presente dos pagamentos mínimos, deverá calcular o valor a ser contabilizado como ativo, utilizando a taxa de juros explícita, ou implícita do arrendamento. Se essa taxa de juros não puder ser determinada, deverá ser utilizada a taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário. O bem objeto de arrendamento (leasing) será depreciado de acordo com o prazo de vigência do contrato. Para o caso de contratos em que exista cláusula de possibilidade de aquisição do bem ao final do uso, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo de vigência do contrato ou da sua vida útil, o que for menor, e posteriormente adicionado ao Ativo imobilizado em definitivo.

Na data de início, os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os seguintes pagamentos, para o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento, os quais não são efetuados na data de início:

- (a) pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- (b) pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de índice ou de taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa da data de início;
- (c) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- (d) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

Para reconhecimento do ativo de direito de uso deve ser levado em consideração os seguintes indicadores:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário; e
- (d) A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário deve incorrer na obrigação por esses custos seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período.

(ii) Remensuração de contrato

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento descontando os pagamentos de arrendamento revisados, utilizando a taxa de desconto revisada, se:

- (a) houver alteração no prazo do arrendamento. O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados com base no prazo revisado; ou

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento, descontando os pagamentos de arrendamento revisados, se:

- (b) houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados para refletir a alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual;
- (c) houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, incluindo, por exemplo, uma alteração para refletir alterações nas taxas de mercado de aluguel após a revisão dos aluguéis de mercado.

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento para refletir esses pagamentos de arrendamento revisados somente quando houver alteração nos fluxos de caixa (ou seja, quando o ajuste aos pagamentos de arrendamento entrar em vigor). O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados para o restante do prazo do arrendamento com base nos pagamentos contratuais revisados.

O arrendatário deve contabilizar a modificação do arrendamento como arrendamento separado se:

- (a) a modificação aumentar o alcance do arrendamento ao acrescentar o direito de utilizar um ou mais ativos subjacentes; e
- (b) a contraprestação pelo arrendamento aumentar em valor compatível com o preço individual para o aumento no alcance e quaisquer ajustes apropriados a esse preço individual para refletir as circunstâncias do contrato específico.

n. Encerramento de contrato

O contrato de arrendamento de bens pode ser encerrado fora do período estabelecido previamente nos seguintes casos:

- (a) Por anulação ou acordo das duas partes;
- (b) Pela anulação de uma das partes, devido ao descumprimento da(s) responsabilidade(s) de uma das partes;

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. As normas efetivas aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, não tiveram impactos significativos nessas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

c. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

d. Outras Normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

7 Caixa e equivalentes de Caixa

	2024	2023
Saldos bancários (a)	2.395	128
Aplicações de curto prazo (b)	-	17.343
	2.395	17.471

- (a) Refere-se à valores em moeda nacional, mantidos essencialmente em contas correntes.
- (b) Referem-se à valores em moeda nacional, que estavam mantidos essencialmente em contas de investimentos (aplicações financeiras) de curto prazo e renda fixa, remuneradas a taxas que variaram entre 80% e 85% em 2023 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), cujo montante não estava vinculado ao cumprimento de obrigações contratuais. Os recursos foram resgatados durante o ano de 2024.

8 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Coimpa Industrial Ltda	9.696	15.128
SA Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda	-	1.848
	9.696	16.976

A NX concentra o seu contas a receber referente a venda do *bullion* em um único cliente, a Coimpa Industrial Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 100% da última venda do *bullion* em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2025. Em 2023 além da Companhia possuir 100% da última venda do *bullion* e os 5% do valor das 4 vendas anteriores em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2024, também possui em aberto valores referentes a venda de equipamentos e peças para a empresa SA Locação, os quais não estavam sendo utilizados pela Companhia

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a transações e outros recebíveis encontra-se divulgada na Nota Explicativa 31.

Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Nesta questão a Companhia realizou análises específicas de risco para o cliente individualmente e análise de perda histórica, e concluiu que não há a necessidade de constituição de provisão.

9 Estoques

	2024	2023
Produtos acabados	5.744	7.671
Produtos em elaboração	2.762	-
Insumos de produção	35.654	32.710
Importação em andamento	1.056	916
	45.216	41.297

A provisão para redução ao valor recuperável representa insumos de produção e/ou de baixa movimentação na base de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

	2024	2023
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	2024	2023
Saldo inicial	(4.092)	(2.408)
Adições	(1.868)	(1.774)
Baixas	146	90
Saldo final	(5.814)	(4.092)

10 Impostos a recuperar

	2024	2023
PIS a recuperar	1.152	978
COFINS a recuperar	5.284	4.482
IRRF sobre aplicação financeira	12	431
ICMS a recuperar	4.777	2.722
IPI a recuperar	83	122
Outros	297	297
	11.605	9.032

a. Utilização dos créditos tributários

A Companhia realizou a análise de recuperação dos créditos tributários e classificou os créditos em curto prazo de acordo com a expectativa de realização, os quais serão compensados com impostos federais e estaduais.

11 Créditos com partes relacionadas

A Companhia possui um contrato de conta corrente, no qual não incorrem juros, com a Mineração Caraíba S.A. e ERO Brasil Geologia, companhias do grupo ERO. Em 2024 o saldo das transações a receber foram de R\$ 579.140 e R\$ 2.200 respectivamente.

	2024	2023
Contrato de Conta Corrente		
Mineração Caraíba S.A.	579.140	333.480
ERO Brasil Geologia	2.200	2.200
	581.340	335.680

12 Imobilizado

a. Conciliação dos valores contábeis

	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Jazidas	Recuperação ambiental e desmobilização	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.309</u>	<u>64.587</u>	<u>95.177</u>	<u>198.621</u>	<u>8.231</u>	<u>131.031</u>	<u>1.286</u>	<u>501.242</u>
Custos	2.309	92.372	188.892	385.775	22.539	131.031	2.608	825.526
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(27.785)</u>	<u>(93.715)</u>	<u>(187.154)</u>	<u>(14.308)</u>	<u>-</u>	<u>(1.322)</u>	<u>(324.284)</u>
Adições	-	-	47.119	57.070	-	60.736	1.477	166.402
Baixas	-	-	(559)	-	-	(3.372)	-	(3.931)
Transferências	-	6.515	33.907	85.436	1.604	(127.819)	(2.347)	(2.704)
Depreciação	<u>-</u>	<u>(3.769)</u>	<u>(42.279)</u>	<u>(55.294)</u>	<u>(1.082)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(102.424)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.309</u>	<u>67.333</u>	<u>133.365</u>	<u>285.833</u>	<u>8.753</u>	<u>60.576</u>	<u>416</u>	<u>558.585</u>
Custos	2.309	98.887	269.359	528.281	24.143	60.576	1.738	985.293
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(31.554)</u>	<u>(135.994)</u>	<u>(242.448)</u>	<u>(15.390)</u>	<u>-</u>	<u>(1.322)</u>	<u>(426.708)</u>
Adições (a)	-	-	52.658	64.868	-	47.379	2.922	167.827
Baixas	-	-	(4.851)	-	-	(898)	-	(5.749)
Transferências (b)	-	2.551	11.258	48.534	5.338	(48.429)	(3.338)	15.914
Depreciação	<u>-</u>	<u>(3.937)</u>	<u>(44.039)</u>	<u>(61.595)</u>	<u>(1.285)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(110.856)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.309</u>	<u>65.947</u>	<u>148.391</u>	<u>337.640</u>	<u>12.806</u>	<u>58.628</u>	<u>-</u>	<u>625.721</u>
Custos	2.309	101.438	328.424	641.684	29.481	58.628	-	1.161.964
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(35.491)</u>	<u>(180.033)</u>	<u>(304.044)</u>	<u>(16.675)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(526.243)</u>

- (a) As adições referem-se, em sua maioria, a projetos em andamento, com um total de R\$ 26.134 investidos em explorações geológicas, R\$ 21.245 destinados a reformas industriais e adequações de equipamentos pesados, além de recursos voltados para ampliação e melhorias na infraestrutura da mina subterrânea. No que diz respeito aos equipamentos, destaca-se um investimento de R\$ 52.658, dos quais R\$ 16.441 foram aplicados na aquisição de maquinários essenciais para o desenvolvimento e a infraestrutura da planta de beneficiamento e da mina subterrânea. Importante notar que, dentro desse montante, R\$ 36.217 correspondem ao reconhecimento de aluguéis de equipamentos, incluindo uma minicarregadeira e um mini jumbo. O valor total considerado nas adições ao imobilizado, de R\$ 167.827, diverge do montante de R\$ 126.597 apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), sendo a principal diferença de R\$ 36.217, decorrente de itens classificados como Direito de Uso, que incluem ativos relacionados a contratos de leasing reconhecidos diretamente no mapa de imobilizado, mas excluídos da movimentação de fluxo de caixa por não representarem saídas monetárias no período.

- (b) Os dispêndios que atendem aos critérios de reconhecimento como ativo são inicialmente contabilizados na rubrica Projetos em Andamento. Essa classificação preliminar abrange tanto os gastos associados a projetos estruturados quanto dispêndios capitalizáveis não vinculados a projetos específicos. Após a conclusão das iniciativas e instalações, realiza-se uma análise técnica detalhada de todos esses gastos para determinar sua natureza definitiva. Com base nesta avaliação, os valores são então reclassificados/transferidos para as categorias apropriadas do ativo imobilizado, refletindo adequadamente sua função econômica e possibilitando a correta aplicação dos critérios de depreciação conforme a vida útil estimada.

Em relação às jazidas, registram-se transferências significativas referentes à incorporação de reservas no montante de R\$ 48.536 referentes ao desenvolvimento das minas Santo Antônio e Matinha.

b. Revisão da vida útil

Em 2024, foi feita a revisão da vida útil dos principais grupos do ativo imobilizado da Companhia.

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2024.

Abaixo, o quadro demonstra quais as vidas úteis adotadas pela Companhia:

	Anos (2023)	Anos (2024)
Edifícios	25	25
Instalações	10	10
Equipamentos	4-10	4-10
Propriedades minerais	Unidades de produção	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	7 anos	7 anos

(i) Contratos de arrendamento

O ativo imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 36.598 em 2024 (R\$ 36.797 em 2023) relacionados a edificações e equipamentos arrendados.

	Edificações	Equipamentos	Total
Adições a ativos de direito de uso	181	29.403	29.584
Despesa de depreciação do exercício	(88)	(32.707)	(32.795)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	-	(103)	(103)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	191	36.606	36.797
Adições a ativos de direito de uso (b)	35	36.182	36.217
Despesa de depreciação do exercício	(79)	(34.145)	(34.224)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso (a)	-	(2.192)	(2.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	147	36.451	36.598

- (a) O desreconhecimento dos ativos de direito de uso durante 2024 e 2023 se referem principalmente a rescisão de contratos, devido a mudanças nos procedimentos operacionais, resultando na inviabilização da continuidade do uso.
- (b) As adições em 2024, referem se a aquisições relevantes de equipamento para a continuidade do processo e planejamento da mina e planta, como subestações no valor de R\$ 2.267, uma falcon (concentrador gravimétrico utilizado para a recuperação de partículas de ouro) no valor de R\$ 1.349, peneiras vibratórias no valor de R\$ 1.662 e câmaras de refúgio no valor de R\$ 1.070.

Outras adições essenciais incluíram a locação de 2 carregadeiras de roda no valor de R\$ 7.295, uma motoniveladora no valor de R\$ 1.914 e geradores no valor de R\$ 1.337.

13 Intangível

Os Ativos intangíveis referem-se, principalmente, a aquisição de software e direitos minerários. Quando os projetos se tornam viáveis, o valor correspondente é transferido para o ativo intangível como Propriedades Minerais.

	Programas e Licenças	Direitos Minerários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>519</u>	<u>6.342</u>	<u>6.861</u>
Custos	1.036	6.342	7.378
Amortização acumulada	(517)	-	(517)
Adições	-	-	-
Transferências	370	5.339	5.709
Amortização	<u>(206)</u>	<u>-</u>	<u>(206)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>683</u>	<u>11.681</u>	<u>12.364</u>
Custos	1.407	11.681	13.088
Amortização acumulada	(724)	-	(724)
Adições	-	-	-
Transferências	365	(11.681)	(11.316)
Amortização	<u>(264)</u>	<u>-</u>	<u>(264)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>784</u>	<u>-</u>	<u>784</u>
Custos	1.772	-	1.772
Amortização acumulada	(988)	-	(988)

Em 17 de Novembro de 2022, a Companhia celebrou um Contrato de Opção de Compra de Direito Minerário no valor de R\$ 1.867 com a empresa AX Mineração de Metais Preciosos Ltda. (Cedente), no qual ela concordou em outorgar à NX Gold S.A. uma opção de compra da totalidade (100%) do seu direito minerário nº 866.676/2006 localizado no município de Nova Xavantina, no estado de Mato Grosso.

Para que a NX Gold S.A. pudesse adquirir 100% do direito minerário e da participação sobre ele, ela realizou um programa mínimo de sondagem de 5.000 metros até o dia 17 de Maio de 2024; e em seguida, uma vez que o programa mínimo de sondagem foi cumprido, ela emitiu uma estimativa de recursos minerais do Direito Minerário elaborada por pessoa qualificada independente e de acordo com as diretrizes CIM e NI 43-101, e entregou esta estimativa à Cedente, esta por sua vez forneceu à NX Gold sua aceitação, e no dia 07 de Junho de 2024 foi publicado no Diário Oficial da União a anuência e averbação da cessão total do requerimento nº 866.676/2006 (Alvará nº 11373/2006).

Em 2024, a Companhia transferiu R\$ 11.681 do Intangível para o Imobilizado, referente a investimentos em pesquisas exploratórias cujos alvos apresentaram resultados positivos nos testes geológicos.

14 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores	<u>24.666</u>	<u>17.699</u>
	<u>24.666</u>	<u>17.699</u>

Os valores de fornecedores representam valores a pagar pela aquisição de materiais, serviços e outros insumos necessários para as atividades principais e acessórias de mineração.

15 Passivo de arrendamento

	2024	2023
Saldo inicial	38.637	40.693
Novos contratos	36.217	29.583
Pagamentos	(38.097)	(35.167)
Juros (a)	3.577	3.740
Baixa ou encerramento	<u>(2.274)</u>	<u>(212)</u>
Saldo final	<u>38.060</u>	<u>38.637</u>
Circulante	<u>22.808</u>	<u>28.133</u>
Não circulante	<u>15.252</u>	<u>10.504</u>
Vencimento	2024	2023
1 - 12 meses	22.808	28.133
1 - 2 anos	11.646	7.312
2 - 5 anos	<u>3.605</u>	<u>3.192</u>
Total	<u>38.060</u>	<u>38.637</u>

- (a) Para cálculo dos juros sobre arrendamento de novos contratos foi utilizada a taxa de 0,81% ao mês (para o ano 2023 a taxa mensal foi de 0,73%).

16 Transações que não afetam caixa

	2024	2023
Contrato de arrendamento (Nota 15)	36.217	29.583
Provisão para recuperação ambiental (Nota 21)	<u>5.338</u>	<u>1.603</u>
Total	<u>41.555</u>	<u>31.186</u>

17 Salários, encargos e contribuições sociais

	2024	2023
Provisão para férias	4.927	4.599
Encargos a recolher	5.171	4.113
Outros	-	8
	10.098	8.720

18 Obrigações tributárias

	2024	2023
ICMS	117	460
IRRF sobre o salário dos empregados	751	979
CFEM	434	748
Imposto de renda a pagar	1.443	4.100
Contribuição social a pagar	5.629	8.138
IRRF sobre terceiros	2.369	1.863
TFRM – Mato Grosso	1.182	-
Outros	565	585
	12.490	16.873

19 Participação nos resultados

A Companhia mantém um plano de participação nos resultados, que é pago a gestores e funcionários mediante alcance de metas preestabelecidas que são definidas com base na aprovação do orçamento pelo conselho de administração, o qual é validado junto ao Sindicato. Também como forma de beneficiar o seu colaborador, a Companhia fez adiantamento desse benefício no ano corrente. O quadro a seguir demonstra a movimentação do benefício complementar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	9.495	6.010
Constituição da provisão do ano	17.213	15.341
Valores pagos referentes ao ano anterior	(11.058)	(8.644)
Adiantamento de PLR no ano corrente	(2.521)	(3.212)
	13.129	9.495
Saldos em 31 de dezembro	13.129	9.495
Circulante	11.385	7.993
Não circulante	1.744	1.502

20 Instrumentos financeiros derivativos

	2024	2023
Opções de compra e venda de onças de ouro - Ativo	802	-
Opções de compra e venda de onças de ouro - Passivo	(1.528)	-
	(726)	-

Refere-se à posição a receber/pagar de instrumentos financeiros derivativos (Collar de Ouro) marcados à valor de mercado (MTM) em 31 de dezembro de 2024. Tais operações visam proteger o fluxo de caixa contra oscilações do preço do ouro, visto que o faturamento está atrelado ao preço do *commodity*, produto principal da Companhia.

Em 2024, a Companhia deteve operações com dois bancos no Canadá, BMO e CIBC. O saldo em 31 de dezembro de 2024 se refere a operações de Opções do preço da onça, das quais apresentam a seguinte posição por vencimento mensal e valores médios e Strike Price (Put & Call).

21 Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos

A Companhia constitui provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos com base em laudos de avaliação preparados por terceiros. O último estudo foi realizado em 2022. A cada três anos a Companhia realiza o estudo de fechamento de mina através de empresa especializada.

Em virtude dos novos valores contemplados na atualização do estudo realizado em 2024 pela consultoria externa, a Companhia efetuou um aumento na sua provisão, com contrapartida no ativo ambiental, para recuperação ambiental nas minas ativas no valor de R\$ 5.338 (em 2023 foi de R\$ 1.603).

	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2024	Aumento de Provisão	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2024
Projetos	9,54%	19.124	5.338	1.825	(899)	25.388
		19.124	5.338	1.825	(899)	25.388
	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2023	-Aumento de Provisão	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2023
Projetos	11,70%	18.719	1.603	2.191	(3.389)	19.124
		18.719	1.603	2.191	(3.389)	19.124

A provisão refere-se a custos relacionados ao fechamento da mina e recuperação, com a conclusão das atividades de mineração e desmobilização de ativos relacionados à mina. Quando a provisão é reconhecida, o custo correspondente é capitalizado como parte do imobilizado e é depreciado da mesma forma sobre o ativo relacionado e contabilizado na demonstração do resultado.

O passivo não circulante é mensurado posteriormente com o uso de uma taxa de desconto livre de risco a longo prazo aplicável ao passivo e contabilizado na demonstração do resultado como despesas financeiras até que a Companhia efetue os pagamentos relacionados ao fechamento da mina e à desmobilização dos ativos de mineração.

Os valores acumulados dessas obrigações não são deduzidos dos custos prováveis cobertos por seguros ou indenizações.

22 Provisão para perdas com processos judiciais

a. Riscos provisionados

Com base em uma análise individual dos processos administrativos e judiciais contra a Companhia, são mantidas provisões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024, no montante de aproximadamente R\$ 943 (R\$ 1.041 em 2023), para riscos relacionados a processos de natureza trabalhistas.

Movimentação da provisão

	2024	2023
Em 1º de janeiro	1.041	1.949
Adições	143	291
Reversões	<u>(241)</u>	<u>(1.199)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>943</u>	<u>1.041</u>

As provisões para perda foram constituídas para os processos em que a possibilidade de perda foi avaliada como provável de perda, com base na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia.

As ações referem-se substancialmente a reclamações relacionadas horas extras e indenizações.

O entendimento da administração da Companhia é de que o desfecho desfavorável de suas ações, individualmente ou em conjunto, não terão impacto adverso significativo nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

b. Riscos não provisionados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, existem outros processos em andamento, para os quais, em consonância com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões, já que a probabilidade de perda fora classificada como possível, conforme segue:

Natureza	2024	2023
Tributária	576	574
Trabalhista (a)	<u>4.510</u>	<u>528</u>
	<u>5.086</u>	<u>1.102</u>

- (a) A Companhia é parte de novas ações trabalhistas que envolvem, em sua maioria, pedidos relacionados a vínculo empregatício, verbas rescisórias, horas extras, adicionais legais, acidente de trabalho e indenizações por danos morais e materiais. Tais processos foram classificados com risco de perda possível pela assessoria jurídica, motivo pelo qual não foram registradas provisões contábeis, conforme o disposto no CPC 25.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital subscrito e integralizado era de R\$ 171.062 composto por 2.005.715.350 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	2024		2023	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Ero Gold Corporation	1.956.913.440	97,57	1.956.913.440	97,57
Tugalla B.V.	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Branford Participações	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Outros	10.618.410	0,53	10.618.410	0,53
	2.005.715.350	100,00	2.005.715.350	100,00

b. Reservas de lucro

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Incentivos fiscais

Em 09 de agosto de 2023 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% na alíquota do imposto de renda relativa aos exercícios de 2023 a 2032, para a produção de ouro e prata.

Esse incentivo fiscal é reconhecido em conta específica no resultado, e após o encerramento do exercício, o incentivo é destinado à constituição de reserva de incentivos fiscais, conforme previsto na legislação societária. Durante o exercício de 2024 o montante do incentivo fiscal foi de R\$ 76.661 (R\$ 53.767 em 2023), conforme demonstrado abaixo:

Exercícios		
Acumulado de anos anteriores		98.946
2022		30.880
2023		53.767
2024		76.661
		260.254

c. Reserva de expansão

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para novos projetos relacionados a novas minas, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo controlador.

Exercícios

Acumulado de anos anteriores	154.804
2022	(8.439)
2023	-
2024	-
	146.365

Reserva de Lucros a distribuir

Com base na Lei 6.404/76 e de acordo com estatuto social da Companhia, foram registrado distribuição de dividendos mínimos e constituição das reservas legal e estatutária, atingindo o limite legal das reservas. Motivo pelo qual houve excedente de lucro para que ficou à disposição da assembleia geral.

d. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Legislação Societária.

Em 31 de dezembro de 2024 os dividendos foram calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	365.622	260.133
(-) Incentivo IR red. 75%	(76.661)	(53.767)
Lucro base para dividendos e reservas	288.961	206.366
(-) Reserva legal (5%)	-	(9.516)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	288.961	196.850
Dividendos	30.592	9.895
Juros sobre capital próprio	48.998	46.308
IR sobre JCP (15%)	(7.350)	(6.990)
Dividendos / JCP a pagar (25%)	72.240	49.213

No período encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido valor R\$ 72.240 a título de dividendos a pagar pela Companhia.

Desse montante, parte foi cumprida por meio da distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP), conforme permitido pela legislação societária vigente. O valor dos JSCP foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 202, §2º, da Lei nº 6.404/76.

O valor dos JSCP reconhecido no exercício foi de R\$ 48.998, o qual foi integralmente considerado para fins de cumprimento da obrigação mínima de distribuição de lucros aos acionistas.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 no valor de 85.531 se refere ao valor apurado no ano de 2024 e a um saldo remanescente de anos anteriores no valor de R\$ 13.291.

	Dividendos	JSCP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>18.644</u>	<u>29.493</u>	<u>48.137</u>
(-) Pagamentos realizados em 2023	-	(186)	(186)
(+) Provisão com base na apuração de 2023	<u>9.895</u>	<u>39.318</u>	<u>49.213</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>28.539</u>	<u>68.625</u>	<u>97.164</u>
(-) Pagamentos realizados em 2024	(16.779)	(67.094)	(83.873)
(+) Provisão com base na apuração de 2024	<u>30.592</u>	<u>41.648</u>	<u>72.240</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>42.352</u>	<u>43.179</u>	<u>85.531</u>

24 Receita operacional líquida

	2024	2023
Venda de ouro e prata	735.212	568.985
(-) Impostos sobre vendas	<u>(10.008)</u>	<u>(7.745)</u>
Total de receita	<u>725.204</u>	<u>561.240</u>

A variação da receita em 2024 ocorreu principalmente devido ao aumento do preço médio que foi de R\$ 9.404,22 por onça em 2023 para R\$ 14.781,27 por onça em 2024.

As receitas estão sujeitas ao CFEM, pelas alíquotas vigentes na legislação específica para cada imposto e são registradas como redução da receita operacional bruta. Esses tributos são incluídos na receita operacional bruta e apresentados como uma dedução separada para fins de divulgação para reconciliar a receita líquida reconhecida na demonstração do resultado.

25 Custo e despesas operacionais

Custo das vendas	2024	2023
Materiais	(34.726)	(30.919)
Pessoal	(52.342)	(45.020)
Depreciação, amortização e exaustão	(109.846)	(100.597)
Serviços de terceiros	(51.019)	(41.179)
Outros custos	(13.808)	(11.169)
Baixa de estoque minerais	(7.644)	-
Taxa TFRM	(3.859)	(4.596)
Provisão de obsoletos	<u>(1.868)</u>	<u>-</u>
	<u>(275.112)</u>	<u>(233.480)</u>
Despesas de vendas	2024	2023
Transporte	<u>(4.660)</u>	<u>(4.161)</u>
	<u>(4.660)</u>	<u>(4.161)</u>

Despesas gerais e administrativas	2024	2023
Materiais	(706)	(530)
Pessoal	(14.331)	(17.025)
Serviços de terceiros	(15.336)	(12.771)
Outras despesas	<u>(4.447)</u>	<u>(3.151)</u>
	<u>(34.820)</u>	<u>(33.477)</u>
Total de custos e despesas operacionais	<u>(314.592)</u>	<u>(271.118)</u>

	2024	2023
Materiais	(35.432)	(31.450)
Pessoal (a)	(66.673)	(62.045)
Depreciação e amortização (b)	(109.846)	(100.597)
Serviços de terceiros (c)	(66.355)	(53.949)
Transporte	(4.660)	(4.161)
Baixa de estoque minerais (d)	(7.644)	-
Provisão de obsoletos	(1.868)	-
Outros custos e despesas	(22.114)	(18.916)
	<u>(314.592)</u>	<u>(271.118)</u>

- (a) A variação se deve-se ao aumento do quadro em 2024, pela aplicação do dissídio de 4,5%, aumento de 8% no vale alimentação e também pela implementação da previdência privada.
- (b) A variação observada é reflexo dos investimentos direcionados ao desenvolvimento das minas. Esses fatores resultaram em um aumento no valor da exaustão, que passou de R\$ 54.325 em 2023 para R\$ 60.524 em 2024. Da mesma forma, a depreciação registrou um crescimento, subindo de R\$ 45.054 em 2023 para R\$ 47.801 em 2024.
- (c) A variação refere-se principalmente aos serviços de perfuração e desmonte (lavra manual) que apresentaram um aumento de 43% em 2024 totalizando R\$ 26.598 em comparação com 2023 que foi de R\$ 18.614.
- (d) No final do exercício de 2024, a Companhia realizou uma paralisação temporária em suas operações de lavra, motivada por questões de segurança. Em razão disso, a produção do mês foi parcialmente comprometida. Considerando a baixa atividade operacional durante o período e em conformidade com os critérios estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 16 (R1) – Estoques, parte dos custos de produção incorridos no período foram considerados anormais e, portanto, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

26 Outras receitas e despesas

	2024	2023
Venda de sucata	460	479
Reversão de processos judiciais	241	1.198
Reversão de perdas de materiais	145	90
Recuperação de créditos tributários (b)	1.188	4.869
Outras receitas operacionais	337	9
Outras receitas	<u>2.371</u>	<u>6.645</u>
Provisão para perdas em processos judiciais (a)	(143)	(291)
Perda com processos judiciais	(356)	(1.055)
Perdas por alienação	(164)	(140)
Provisão de obsoletos	-	(1.774)
Despesa Tributária	(87)	(127)
Impostos de renda e contribuição social	-	(1.164)
Outras despesas Operacionais	(401)	(711)
Outras despesas	<u>(1.151)</u>	<u>(5.262)</u>
Outras receitas e despesas	<u>1.220</u>	<u>1.383</u>

- (a) A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cujo risco de perda é provável conforme avaliação de nossos consultores jurídicos.

- (b) A recuperação de créditos tributários ocorreu da seguinte forma:

Em 2023 a Companhia contratou uma consultoria para levantamento de crédito de PIS e COFINS entre os anos de 2018 a 2022 referente aos insumos de produção, que resultou no valor de R\$ 4.869.

Em 2024 a Companhia levantou créditos extemporâneos de PIS e COFINS referente a amostragem das barras e importação de serviços, que resultou no valor de R\$ 528. Houve também a restituição de valores referentes a INSS e outros tributos federais que totalizaram R\$ 272, e R\$ 388 referentes a recuperação de despesas com ICMS (diferencial de alíquota e produtos intermediários).

27 Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Rendimentos de investimentos financeiros	2.322	2.972
Ganhos em operações de <i>hedge</i> (a)	2.994	-
Atualização monetária	213	296
Outras receitas	23	33
Total das receitas financeiras	5.552	3.301
Perdas em operação de <i>hedge</i> (a)	(3.720)	-
Variação monetária ARO	(1.825)	(2.191)
Variação cambial sobre importação e outros itens	(158)	-
Despesas com juros sobre arrendamento	(3.577)	(3.740)
Juros parcelamento tributos	(37)	-
Juros obrigações tributárias/fiscais	(154)	(907)
Outras despesas	(158)	(135)
Total das despesas financeiras	(9.629)	(6.973)
Despesas financeiras líquidas	(4.077)	(3.672)

- (a) Veja detalhe das operações com instrumentos financeiros derivativos na Nota explicativa 31.

28 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas os acionistas, empresas relacionadas, diretores e administradores e suas famílias.

As transações existentes decorrem de operações em condições e preços estabelecidos entre as partes e estão a seguir apresentados:

a. Transações e saldos

	2024	2023
Ativo não circulante		
Mineração Caraíba S.A. (b)	579.140	333.480
ERO Brasil Geologia (b)	2.200	2.200
Total Ativo não circulante	581.340	335.680
Passivo circulante		
ERO Gold Corporation (c)	81.012	94.346
Total Passivo circulante	81.012	94.346

	2024	2023
Passivo não circulante		
ERO Brasil Participações (a)	2.281	625
Mineração Caraíba S.A.	59	-
ERO Brasil Geologia	<u>8</u>	<u>-</u>
	2.248	625
Despesas Administrativas		
ERO Brasil Participações (a)	(7.028)	(5.573)

- (a) Refere-se ao saldo de serviço compartilhado à empresas do mesmo grupo econômico.
- (b) Refere-se ao saldo do contrato de Conta Corrente estabelecido entre as partes pertencentes ao mesmo grupo econômico, as quais compartilham interesses alinhados aos seus objetivos sociais próprios, e pretendem otimizar seus esforços e recursos financeiros para agir com maior rapidez, eficiência e, conseqüentemente, gerar economia de custos financeiros.
- (c) Refere-se ao saldo dos dividendos e juros sobre o capital próprio.

b. Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os Administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 947 (R\$ 650 em 2023) que foram registrados como despesas gerais e administrativas. Os Administradores são elegíveis a Participação nos lucros e bônus de curto prazo, além de bônus de longo prazo que é definido pelo Conselho de Administração anualmente.

	2024	2023
Remuneração	609	600
Bônus de curto prazo	<u>338</u>	<u>50</u>
Remuneração dos Administradores	<u>947</u>	<u>650</u>

29 Imposto de renda e contribuição social

a. Despesa de imposto de renda

Composição da despesa de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) no exercício

	2024	2023
IR e CS Corrente	(41.388)	(30.257)
IR e CS Diferidos	<u>(746)</u>	<u>2.557</u>
	<u>(42.134)</u>	<u>(27.700)</u>

b. Conciliação da taxa efetiva

	2024	2023
Resultado antes de impostos	407.755	287.833
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	(138.637)	(97.863)
Adições permanentes	(817)	(730)
Exclusões permanentes		
Incentivos Fiscais - LEX	76.662	53.767
Juros sobre capital próprio	16.659	15.745
Benefício P&D e Empresa Cidadã	1.009	1.744
Outros	3.907	2.195
	98.237	73.451
IR diferido constituído de anos anteriores	(917)	(2.558)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(42.134)	(27.700)
Alíquota efetiva	10%	10%

(i) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de compensação são os seguintes:

	2024	2023
Ativo de imposto diferido	28.343	23.628
Passivo de imposto diferido	(21.877)	(16.416)
Imposto diferido, líquido	6.466	7.212

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

	2024	2023
Ativo		
Depr. Bens arrendados	16.257	11.309
ARO Correção Monetária	2.367	1.893
Provisão bônus	2.550	1.832
Demais diferenças temporárias	7.169	8.594
	28.343	23.628
Passivo		
Pagamento arrendamento mercantil IRFS 16	(17.721)	(12.171)
Diferença temporária receita variação cambial competência	(3.115)	(2.655)
Depreciação - diferença taxa contábil e fiscal	(903)	(644)
Demais diferenças temporárias	(138)	(946)
	(21.877)	(16.416)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo, líquido (a)	6.466	7.212

(a) A expectativa da realização desse diferido constitui uma avaliação das perspectivas futuras da Companhia em relação à sua capacidade de gerar lucros tributáveis, dessa forma, entendemos que a expectativa de realização desse saldo será no próximo ano corrente.

(ii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação no resultado dos impostos diferidos é a seguinte:

	2024	2023
Com efeitos no resultado		
Provisões e outras diferenças temporárias	(746)	2.557
Total dos efeitos no resultado	(746)	2.557

(iii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social passivos

Saldos em 31 de dezembro de 2022	(497)
Adição IRPJ e CSLL	(84.025)
Benefício Lucro da exploração	53.767
Compensações	13.953
Pagamentos	4.564
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(12.238)
Adição IRPJ e CSLL	(117.521)
Benefício Lucro da exploração	76.662
Compensações	22.194
Pagamentos	23.831
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(7.072)

30 Lucro por ação

O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	365.622	260.133
Número de ações ordinárias (Nota Explicativa 23)	2.005.715.350	2.005.715.350
Lucro básico por ação (R\$)	0,182	0,130

31 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue:

	Medição	Valor contábil		Valor justo	
		2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2.395	17.471	2.395	17.471
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	9.696	16.976	9.696	16.976
Contas a receber – Partes Relacionadas	Custo amortizado	581.340	335.680	581.340	335.680
Total dos ativos financeiros		12.091	34.447	12.091	34.447
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	24.666	17.699	24.666	17.699
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	85.531	97.164	85.531	97.164
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor justo por meio do resultado	726	-	726	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	273	2.605	273	2.605
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	38.059	38.637	38.059	38.637
Total dos passivos financeiros		149.255	156.105	149.255	156.105

Valor contábil versus valor justo

Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros, que não sejam instrumentos financeiros derivativos, a administração considera o valor justo como equivalente do valor contábil.

Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano.

b. Gestão de riscos financeiros

(i) Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro decorrentes do descumprimento de suas obrigações contratuais.

Contas a receber de clientes

A Companhia busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes.

Ademais, a Companhia tem contatos com outros clientes em potencial que podem comprar sua produção. O mercado de ouro é um mercado de alta liquidez, e a Companhia tem muitas opções para vender sua produção. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 100% da última venda em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2025. Atualmente, o prazo de recebimento de seu cliente, COIMPA Industrial Ltda., é como segue:

Prazo de Recebimento – COIMPA

95%	Até 24 horas após recebimento do embarque na planta da COIMPA
5%	Dois dias após obtenção dos resultados das análises conforme previsto em contrato

Aplicações Financeiras

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia busca aplicar seu caixa na melhor combinação das melhores taxas e em instituições financeiras financeiramente sólidas, reconhecidas por suas classificações de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

Eles são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação das principais agências de classificação.

Os valores contábeis dos ativos financeiros abaixo representam a exposição máxima do crédito na data do balanço:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.395	17.741
Contas a receber de clientes	9.696	16.976
Total	12.091	34.717

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia.

	Fluxos de caixa contratuais			
	Saldo Contábil	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	Acima de 12 meses
31 de dezembro de 2024				
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	24.666	24.666	24.666	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	85.531	85.531	85.531	-
Passivo de arrendamento	38.059	41.184	24.680	16.504
Outras contas a pagar	273	273	273	-
	148.529	151.654	135.150	16.504

31 de dezembro de 2023	Fluxos de caixa contratuais			
	Saldo Contábil	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	Acima de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	17.699	17.699	17.699	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	97.164	97.164	97.164	-
Passivo de arrendamento	38.637	41.548	30.240	11.308
Outras contas a pagar	2.605	2.605	2.605	-
	<u>156.105</u>	<u>159.016</u>	<u>147.708</u>	<u>11.308</u>

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração.

Risco de variação cambial

Como parte de sua atividade a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos que são cotados em dólares norte-americanos, no entanto o seu faturamento é feito em moeda nacional. A exposição líquida ao risco cambial é considerada imaterial pela Administração.

Risco de taxa de juros

A Companhia possui operações pré e pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre aplicações em compromissadas e CDB de liquidez imediata. A Administração entende que a queda na taxa CDI não apresenta impactos significativos no resultado da Companhia.

A exposição da Companhia ao Risco CDI em 31 de dezembro de 2023 era equivalente a 2% de seu ativo total. Em 31 de dezembro de 2024, a exposição ao Risco CDI passou a 0,18%.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e

- **Nível 3: inputs**, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

As operações de instrumentos financeiros derivativos têm como objetivo proteger-se contra as variações nos preços das commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram designados como hedge econômico, ou seja, sem aplicação de hedge contábil.

No ano de 2024, a Companhia celebrou uma operação de *hedge* utilizando instrumentos financeiros derivativos do tipo *collar*, com o objetivo de mitigar os riscos de oscilação no preço do ouro. Esta estratégia visa assegurar um intervalo de preço para parte da produção, protegendo contra eventuais quedas e limitando os ganhos em caso de elevação expressiva dos preços.

A adoção da estratégia de *hedge collar* pela Companhia é uma medida de gestão de risco que visa garantir previsibilidade financeira em um mercado de commodities altamente volátil. A estrutura contratada permite um equilíbrio entre proteção e flexibilidade, assegurando um mínimo para a receita e limitando o impacto de eventuais altas expressivas nos preços do ouro.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos demonstra todas as operações dessa natureza realizadas durante o exercício, incluindo ajustes de marcação a mercado (MTM) de operações não liquidadas.

Valorização de mercado de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia no passado manteve operações de NDF utilizadas como hedge de risco cambial vinculado ao dólar atrelado ao preço de venda. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis retirados dos mercados futuros da BM&F.

* * *

Renato Possancini
Diretor Financeiro
CPF 174.973.178-90

Wagner Pinheiro
Contador
CRC-RJ 111105/-O-5